

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

## Declaração

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto n.º 132/82, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 1982, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 1.º, onde se lê:

08 — Ministério da Justiça:

Cap. 04, div. 01, C. F. 1.03.0, C. E. 01.46  
«Subsídios de férias e de Natal» — 60.

deve ler-se:

08 — Ministério da Justiça:

Cap. 04, div. 01, C. F. 1.03.0, C. E. 01.46  
«Subsídios de férias e de Natal» — 600.

No artigo 2.º, na soma total das receitas, onde se lê «1 426 562» deve ler-se «1 426 561».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 20 de Dezembro de 1982. — Pelo Secretário-Geral, o Director dos Serviços Administrativos, *José Serra*.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO  
E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 108/83

de 1 de Fevereiro

Considerando a necessidade de promover a rápida integração dos funcionários adidos nos serviços e organismos onde exerçam actividades e satisfaçam necessidades permanentes de serviço;

Considerando as orientações estabelecidas nesse sentido no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 182/80, de 3 de Junho:

Manda o Conselho da Revolução, pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e pelo Ministro da Reforma Administrativa, o seguinte:

1.º

(Alargamento do quadro do pessoal civil dos Serviços Sociais das Forças Armadas)

O quadro do pessoal civil dos Serviços Sociais das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 225/76, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 307/77, de 4 de Agosto, e pela Portaria n.º 591/77, de 19 de Setembro, é aumentado dos lugares constantes do mapa anexo ao presente diploma.

2.º

(Revogação de legislação)

O presente diploma revoga a Portaria n.º 675/82, de 8 de Julho.

3.º

(Entrada em vigor)

Esta portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Estado-Maior-General das Forças Armadas e Ministérios das Finanças e do Plano e da Reforma Administrativa, 7 de Setembro de 1982. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Nuno Vriato Tavares de Melo Egídio*, general. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, *Alípio Barrosa Pereira Dias*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Reforma Administrativa, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Reforma Administrativa.

Número de lugares	Categoria	Letra de vencimento
1	Técnico de serviço social de 1.ª classe (a) .....	H
1	Enfermeiro de 1.ª classe (a) .....	I
(*) 1	Técnico auxiliar dos serviços complementares de diagnóstico e terapêutica principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe (b) .....	H, I e J
4	Terceiro-oficial (a) .....	M
1	Escrivão-dactilógrafo principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe (c) ...	N, Q e S
1	Telefonista principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe (a) .....	O, Q e S
2	Motorista de ligeiros de 1.ª classe e de 2.ª classe (d) .....	O e Q
3	Motorista de pesados de 1.ª classe e de 2.ª classe (e) .....	N e P
1	Porteiro de 1.ª classe e de 2.ª classe (f) .....	S e T

(\*) A extinguir quando vagar.

(a) Na sede.

(b) No CSMEA.

(c) No CPFA.

(d) 1 na sede e 1 no CPFA.

(e) 2 na sede e 1 no LAFOS.

(f) No LVM.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
E MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Decreto-Lei n.º 52/83

de 1 de Fevereiro

Com a entrada em vigor da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas há que proceder aos necessários ajustamentos no estatuto remuneratório das mais altas chefias militares, bem como ressaltar da sua aplicação os actuais chefes de estado-maior enquanto desempenharem essas funções.